

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Interesse público da tirzepatida

Senador pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim (PT, foto) apresentou projeto de lei no Senado Federal para declarar de interesse público as patentes de medicamentos que utilizam o princípio ativo tirzepatida, voltados ao tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade. A medida abre caminho para a eventual concessão de licença compulsória (quebra temporária de patente), visando à ampliação do acesso da população ao insumo pela rede pública de saúde.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

PF e CGU cumprem mandados na Bahia e RS

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) deflagraram a “Operação Linha do Tempo” para apurar fraudes em licitações, corrupção e desvio de verbas federais destinadas a ações emergenciais e equipamentos escolares no município de Santa Cruz Cabralia (BA). A ação cumpriu 13 mandados de busca e apreensão na Bahia e no Rio Grande do Sul, além de medidas judiciais de bloqueio e sequestro de bens e valores que ultrapassam R\$ 13 milhões. A irônica escolha do nome da operação ganha contornos quase simbólicos: em Santa Cruz Cabralia, onde se rezou a primeira missa e teve início a história do Brasil moderno, os atuais desvios de recursos públicos mostram que certas práticas insistem em atravessar séculos na política brasileira.

Voos da FAB e acessos ao Planalto

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) protocolou requerimentos de informação na Câmara dos Deputados cobrando do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, e do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Marcos Antonio Amaro dos Santos, esclarecimentos sobre supostos voos em aeronaves do Comando da Aeronáutica e registros de acesso ao Palácio do Planalto e a residências oficiais. A iniciativa, coassinada pelos deputados Luiz Lima (Novo-RJ) e Marcel van Hattem (Novo-RS), pede listas completas de passageiros, autorizações e custos operacionais relativos ao transporte e ao credenciamento de particulares sem cargo oficial. “Cabe ao Congresso verificar, com base em documentos oficiais, se aeronaves mantidas com recursos públicos foram utilizadas para o transporte de particulares e em quais condições”, sustentam os parlamentares.

Fiscalização sobre táxi aéreo

Em outra frente de fiscalização, os parlamentares apresentaram requerimentos dirigidos ao ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Barros Monteiro da Franca, e ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, cobrando informações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea). Os pedidos visam esclarecer o regime de operação, a fiscalização e os planos de voo de aeronaves executivas específicas utilizadas em deslocamentos privados entre 2023 e 2025.

R\$ 1,4 milhão para tiro esportivo

O Ministério Público Federal (MPF) confirmou a execução de mais de R\$ 1,4 milhão direcionados ao fomento do tiro esportivo e paralímpico. O montante é proveniente de um acordo judicial firmado com a fabricante gaúcha Taurus Armas S.A. A medida destina recursos e insumos de alta precisão para a preparação de atletas de alto rendimento - incluindo representantes do Rio Grande do Sul e de outros sete estados - e apoio à Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE). “A destinação adequada desses recursos assegura que sanções jurídicas sejam revertidas em benefício direto para a sociedade e para o desenvolvimento do esporte nacional”, ressalta o procurador da República Igor Miranda.

Negado pedido para obrigar instalação de CPI do Master

Senador recorreu ao STF por falta de avanço na criação da comissão

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, na terça-feira, o pedido de liminar apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para obrigar o Senado a dar andamento à CPI do Banco Master. Para o ministro, não ficou demonstrada, neste momento, uma omissão ilegal do presidente da casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que justificasse a intervenção do Judiciário.

Vieira recorreu ao STF contra a falta de andamento de um requerimento para a criação da comissão. A solicitação inicial da CPI recebeu 41 assinaturas e foi feita em março, mas Alcolumbre não analisou o documento.

Na decisão, Zanin afirmou que a análise do caso exige informações sobre outros pedidos de CPI relacionados ao Banco Master que já foram apresentados ao Senado.

O ministro considerou especialmente relevante o fato de o próprio senador ter mencionado na ação a existência de um

requerimento anterior, também assinado por ele. Segundo Zanin, é preciso verificar a tramitação desse pedido e se há sobreposição entre as propostas antes de concluir que a Presidência do Senado deixou de cumprir uma obrigação.

A decisão também considera a possibilidade de o novo requerimento tratar de um recorte de uma investigação já proposta anteriormente. Por isso, segundo o ministro, não há elementos suficientes para determinar, por

meio de liminar, que a comissão seja instalada.

Zanin citou entendimento anterior do STF segundo o qual, para questionar judicialmente uma suposta omissão do presidente de uma Casa do Congresso, é necessária prova pré-constituída e inequívoca da irregularidade.

A decisão não impede que a CPI seja instalada nem encerra a análise do processo. O ministro rejeitou apenas o pedido de medida provisória feito por Vieira.

ROSINEI COUTINHO/STF/DIVULGAÇÃO/JC



Ministro Cristiano Zanin não viu omissão do presidente do Senado

Senado informará acessos de Viviane, Vercaro e Lulinha

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), se manifestar sobre os registros de entrada e saída do ex-banqueiro Daniel Vercaro e da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, nas dependências da casa.

Fux foi sorteado como relator da ação, que tem como objetivo saber se houve visitas de Viviane

e Vercaro no Senado entre 2019 e 2026.

Originalmente, o próprio Moraes havia sido sorteado para relatar o caso. Porém, o ministro se declarou impedido. O magistrado citou artigo do CPC (Código de Processo Civil) que diz que um juiz não pode exercer suas funções em um processo caso o cônjuge seja parte.

A ação foi apresentada pelo vereador de Curitiba e candidato a

deputado federal Guilherme Kilter (Novo-PR).

Também foi solicitada a mesma informação sobre idas a gabinete por parte de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula (PT); Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”; e o sindicalista Frei Chico, irmão de Lula. Os três tiveram os nomes citados nas investigações envolvendo o esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ficha limpa vale para condenações antigas de homicídio

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que condenações por homicídio e por crime sexual, anteriores a 2010, valem para determinar a inelegibilidade de candidatos de acordo com a Lei da Ficha Limpa.

O caso, julgado em sessão virtual, avaliou uma ação movida pelo PP, que considera inconstitucional o indeferimento da candidatura de

Valdir Padilha ao cargo de vereador do município de São José do Herval (RS), no ano de 2024.

Padilha teve a candidatura cancelada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) por ter cometido crime contra a vida e, segundo o TRE, ainda está no período de 8 anos de inelegibilidade, contados após o cumprimento da pena. Sua pena terminou em maio de 2018; dessa

forma, ele seria inelegível até 2026.

O PP, porém, argumentou que, uma vez que o crime cometido por Padilha ocorreu antes da sanção da Lei da Ficha Limpa, o indeferimento da candidatura foi inconstitucional e violou o princípio da irretroatividade da lei penal. Tanto a Procuradoria-Geral da República quanto a Advocacia-Geral da União não reconheceram as alegações do PP.